

## “O INSULTO É O SINAL DA SEM RAZÃO”: VOZES ANGOLANAS CONTRA O COLONIALISMO

Gislaine Simone Silva Marins<sup>1</sup>

**Resumo:** O conjunto de artigos intitulado “Voz de Angola clamando no deserto” é uma coletânea anônima escrita em Maio de 1901 como resposta a um artigo publicado na Gazeta de Luanda alguns meses antes. O tom ofensivo do artigo jornalístico provoca uma reação articulada, que pode ser analisada no plano discursivo sob dois aspectos: como resposta ao discurso estereotipado de cunho ofensivo e racista, e como linguagem da razão, por oposição à linguagem do insulto. Emerge daí uma economia da palavra, da qual os autores se apropriam, problematizando os atributos da chamada civilização à qual são submetidos. Se a civilização comporta também o insulto, a palavra torna-se instrumento de contestação ao colonialismo.

**Palavras-chave:** Angola. História. Literatura.

### Introdução

No dia 13 de maio de 1901 era publicado em Luanda o conjunto de artigos intitulado “Voz de Angola clamando no deserto”. O documento representa não uma resposta ao um artigo publicado na Gazeta de Luanda, mas a “opinião unânime contra as apreciações banais”, como se lê na “Advertência” que introduz o volume. Nessa medida, o opúsculo vai além da particularidade e insere-se num esforço de generalização, a fim de questionar estereótipos. Por essa razão, a proposta desta reflexão é analisar os artigos contidos na publicação, levando em conta os elementos discursivos empregados para a sustentação das teses apresentadas.

Na história da sua recepção, no entanto, a obra foi alvo de leituras que cristalizaram uma visão política bem definida sobre o seu significado, mas não consensual. Houve, em certa medida, uma apropriação política dos textos, que já não pode ser ignorada quando se propõe uma releitura do material. Cabe, pois, a fim de restituir sentidos ofuscados por uma visão particularizada, analisar a obra buscando a originalidade que representava no

---

<sup>1</sup> Professora a contrato da Faculdade de Interpretação e Tradução da UNINT - Universidade de Estudos Internacionais de Roma.

momento da publicação e o vigor daquelas palavras no contexto atual, marcado ainda por preconceitos que os artigos denunciavam.

## **Releitura**

No artigo “Aos homens de boa vontade”, o autor sustenta a sua argumentação, partindo dos propósitos da Gazeta de Luanda, que deveria ser um espaço para as questões vitais da província. Isso não se materializa, mas o fato não surpreende o autor, que, pelo contrário, evidencia a contradição entre os propósitos e a prática, além de reivindicar o papel da imprensa como alavanca para a liberdade dos povos. Em seguida, afirma que a característica do artigo da Gazeta de Luanda é o “ódio de raça” (VOZ, 1901, p. 6), valendo-se do insulto, da desenvoltura das paixões, do excesso das apreciações, com o objetivo de fazer propaganda sem receio das reações.

Sintetizando as teses contidas no artigo contestado, o autor afirma que elas podem ser resumidas nas seguintes convicções: “O preto não trabalha; o preto não é perfeitamente um homem; pelos delitos que comete, não deve ser condenado à cadeia, basta dar-lhe palmadas ou deportá-lo, sem figura nenhuma de juízo” (VOZ, 1901, p. 7). A frase encerra três dimensões: antropológica, social e jurídica. A argumentação para contrapor às convicções que menciona alude ao conceito de humanidade, de relação laboral e aplicação da justiça, nesse caso, inexistente ou sumária. Vai além: “Este sujeito taxa de vexatórias as formalidades do juízo, que se dirigem a investigar a verdade. Não quer que se castigue o branco, porque o castigo é deprimente do homem e atentatório do domínio!” (VOZ, 1901, p.7). Ao fazer a exclamação, marca a sua surpresa diante de tal conceito de justiça, um conceito que se exime da formalidade e da impessoalidade. O tom de ódio que leva a escrever a resposta não expõe somente o preconceito, mas coloca em discussão o próprio conceito de justiça, que não pode ser considerada tal quando abdica da sua universalidade. Aparentemente de forma paradoxal, o autor afirma que “o motivo que determina o negro, o escravo, a preferir a prisão, é a conservação da sua personalidade” (VOZ, 1901, p. 10): a condenação é reconhecimento da sua humanidade, enquanto a valorização dos instrumentos jurídicos implica a valorização do princípio de justiça que a condenação sumária nega.

Em seguida, o autor faz um apanhado histórico a partir do reinado de D. João V, ou seja, desde os princípios do século XVIII, concentrando-se na tese da miscigenação que faz cair por terra o ódio racial presente do artigo publicado pela Gazeta de Luanda. A questão é então abordada do ponto de vista genealógico. A resposta procura contemplar todas as possíveis dimensões do fenômeno.

Significativo é o parágrafo dedicado à suposta falta de inclinação dos negros para o trabalho. Nele emerge uma síntese sociológica que evoca *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, de Friedrich Engels, publicado em 1845. De fato, o autor afirma:

Num país onde as chamadas autoridades, com raríssimas exceções, exercem impunemente a pilhagem, onde a escravidão, barreira de separação entre o amo e o liberto, ou serviçal, ou mesmo escravo, como queiram, onde o indivíduo está transformado em instrumento miserável de sórdidos interesses, a ideia de trabalhar para especuladores, que querem tornar-se argentários em pouco tempo à custa do suor alheio, repugna às mais generosas aspirações da humanidade. Em país onde há escravidão, não há trabalho, não há civilização, não há progresso. Só muito mais tarde chegou ao centro da Europa culta a convicção de que a escravidão e a escravatura, principalmente, são duas monstruosidades, que matam as forças vivas de um país (VOZ, 1901, p. 16).

O trecho pode ser lido à luz do comentário de Engels sobre a cidade de Londres, na altura em que tinha se transformado em capital comercial do mundo:

Mas os sacrifícios que tudo isso custou, nós só os descobrimos mais tarde. Depois de pisarmos, por uns quantos dias, as pedras das ruas principais, depois de passar a custo pela multidão, entre as filas intermináveis de veículos e carroças, depois de visitar os ‘bairros de má fama’ desta metrópole – só então começamos a notar que esses londrinos tiveram de sacrificar a melhor parte de sua condição de homens para realizar todos esses milagres da civilização de que é pródiga a cidade, só então começamos a notar que mil forças neles latentes permaneceram inativas e foram asfixiadas para que só algumas pudessem desenvolver-se mais e multiplicar-se mediante a união com as de outros. Até mesmo a multidão que se movimenta pelas ruas tem qualquer coisa de repugnante, que revolta a natureza humana (ENGELS, 2008, p. 67-68).

A oposição à escravidão também é contextualizada historicamente. O autor menciona a representação dirigida ao Rei pelo Senado em 1677, na qual se alegava que apenas os comerciantes de escravos beneficiavam-se da colônia, e recorda a abolição do tráfico de escravos em Portugal, em 1836, por decreto do Marquês de Sá da Bandeira.

Prossegue ilustrando o desenvolvimento de outros países, antes e depois da abolição da escravidão, reafirmando essa é uma condição necessária para a civilização e para a prosperidade.

Mais do que boa vontade, como alude o título, o artigo requer a sensibilidade para reconhecer as várias dimensões de que o autor se vale para sustentar suas teses, contrapondo ao ódio e ao insulto, elementos de diversos setores do conhecimento. Trata-se de um texto atualizado em relação às teses da época, seja pelas citações diretas, seja pelos temas que podem ser associados a abordagens relativamente recentes no momento da publicação, como a genealogia, a antropologia e a sociologia.

No artigo “Contra a lei, pela grei”, o autor afirma que “o insulto é intencionalmente preparado”. Entretanto, convém esclarecer o título. O lema “Pela lei, pela grei” foi empregado por Dom João II, soberano do século XV, conhecido como o “Príncipe Perfeito”. A “lei”, como reconstrói Gonçalo Nuno Maia Marques, refere-se ao fortalecimento da autoridade real com apoio popular, contendo o poder da nobreza por meio de jurisdição. Para Dom João II devia prevalecer a Razão de Estado, justificando, inclusive, a pena de morte para os conspiradores (MARQUES, s/d). A perspectiva histórica fica evidente desde o título e a argumentação será conduzida “contra a lei”, na medida em que mostra os defeitos da civilização.

O autor afirma: “Se a civilização está a espoliar o indígena e ainda a escarnecê-lo, se a chamada civilização consiste em escrever artigos desordeiros para incitar o indígena ao crime, podem limpar com ela as mãos à parede. Não nos iludamos, irmãos, aquilo leva água no bico; aqueles insultos são ditados por um interesse infernal qualquer. Quem não sabe que o preto, boçal mesmo, é um elemento indispensável, e insubstituível em certas localidades onde a permanência do europeu é impossível?” (VOZ, 1901, p. 28).

Em seguida, o autor oferece uma série de exemplos em que os colonos referem os préstimos dos indígenas e encerra a sequência de citações com a observação irônica dirigida ao autor do artigo da Gazeta de Luanda: “É preciso não desmentir os sábios enfatuados da sua toleima” (VOZ, 1901, p. 33).

Seguindo o esquema argumentativo anterior, o autor passa a ilustrar as conquistas intelectuais dos indígenas em várias partes do mundo, mas não em Angola, onde o colonizador afirma que é impossível o progresso da população local. A evidência da

contradição é um elemento-chave no esquema, pois funciona como contraponto que desconstrói a sequência. Mais do que isso: sustenta a afirmação segundo a qual a agressão gera uma reação de repúdio à civilização.

Exceção ao tom demolidor que caracteriza a argumentação é reservada ao Marquês de Sá da Bandeira, já mencionado no artigo anterior, por ter abolido o tráfico de escravos. “Contra a lei”, portanto, está a indicar, provavelmente, um uso irônico referido aos costumes dos colonizadores que ignoram a própria lei do Estado, que desprezam as normas determinadas pelas medidas de Sá da Bandeira ao longo da sua atividade política. Contra o insulto são usados os instrumentos da linguagem por meio de estratégias complexas de inversão dos papéis, revelando a perspicácia “indígena” da racionalidade que destrói a “civilização” das ofensas.

No artigo “À Gazeta civilizadora da África”, o autor também refere a impossibilidade de permanecer em silêncio diante de um insulto revoltante e a necessidade de responder por defesa da própria dignidade. O artigo concentra-se na descrição detalhada do ódio racial, demonstrando por meio de várias teses do período que não existem raças humanas, mas uma única espécie humana. Partindo de tal patamar, o autor obviamente questiona o princípio da justiça seletiva, segundo a qual um mesmo crime mereceria penas diferentes para os infratores de acordo com a cor da pele. É novamente o Marquês de Sá da Bandeira a ser mencionado de forma positiva, citando um trecho do documento de autoria do político português, *A emancipação dos libertos*: “É de interesse geral do Estado, e bem assim do interesse particular dos colonos de raça europeia, que aos indígenas se dê um tratamento igual àquele que recebem os mesmos colonos” (VOZ, 1901, p. 41).

A estratégia discursiva empregada vale-se de numerosas citações com o claro objetivo de contrapor ao discurso publicado na Gazeta de Luanda teses com credibilidade no horizonte cultural do próprio autor do artigo criticado. Em outras palavras: o discurso emerso na Gazeta de Luanda é criticado por meio da evocação de princípios que subjazem políticas dos próprios colonizadores, marcando a distância entre o espírito da lei e a “prática civilizadora”, da qual o artigo da Gazeta é considerado exemplo.

O artigo intitulado “Réplica” contesta o artigo da Gazeta de Luanda por meio da comparação entre o colonizador civilizado e o colonizador boçal, ressaltando a incoerência de um autor que tem domínio da escrita, mas total falta de educação. Mais que uma crítica

racial, no plano do discurso emerge a contraposição entre civilização e a incivilidade, articulada por meio de refinadas citações literárias (FLORES, CAVALCANTE, 2017, p. 89-99), usadas de forma irônica, como neste exemplo de Leonor de Almeida Portugal, poeta árcade:

.....  
.....  
Que importa o que diz um asno?  
Enfadar-se é parvoíce. (VOZ, 1901, p. 49)

Partindo dos versos mencionados, o autor não deixa de salientar a importância do silêncio, que é quebrado porque o artigo publicado na Gazeta de Luanda representa uma traição à missão em prol da civilização que anunciava como publicação. Mais adiante, reitera o paradoxo da ausência de razão no referido artigo, lembrando ao autor criticado o papel dos seus escritores: “Para se descarregar do insulto, atira-nos com Camilo Castelo Branco, o grande mestre das letras portuguesas” (VOZ, 1901, p.51).

A oposição entre brancos e negros, civilizados e boçais, é instrumental para mostrar que a civilização está na educação e não na raça, está na existência ou não de oportunidades para o progresso humano. De fato, o crítico afirma: “O articulista que fala em ortodoxia, na pura religião católica e apostólica romana, bem deverá saber que esta não admite cores, e, mesmo que admitisse, São Benedito não era menos santo que São José ou Santo Antônio” (VOZ, 1901, p. 54).

Atribui, portanto, os insultos contidos no artigo à “falta de luzes ou à pobreza completa de espírito” (p. 56) e identifica, para além das ofensas abertamente racistas, o problema da ignorância, que subjaz o discurso criticado em uma dupla dimensão: em nível de autoria e de tema tratado.

A problematização do discurso no artigo “Ex digito gigas” é evidente desde o título, que contrasta abertamente com o seu parágrafo inicial, no qual a publicação criticada é definida como “palavrório que não vai de molde com o assunto, que o pedante trouxe à tela da discussão com uma filáucia imperturbável” (VOZ, 1901, p. 59). A questão é imediatamente ampliada para além da língua, sendo abordada como linguagem que expressa tendências relacionais e comportamentais, como se observa no parágrafo seguinte: “Nos países adiantados da Europa começa-se a pensar seriamente neste problema

– poupar o nosso ego destruindo o dos outros, é dos mais poderosos remédios profiláticos da guerra” (VOZ, 1901, p. 60-61).

Passando à descrição de um caso concreto, o autor sintetiza o relato com uma crítica à maledicência que caracteriza o artigo comentado. De fato, de maneira mais circunscrita em relação aos textos anteriores, a articulação da crítica nesse artigo passa pela apresentação de casos e pela evocação de máximas para ilustrar os conceitos. Os comportamentos, descritos por meio de um léxico rico em evocações imagéticas, são associados a estilos discursivos, como no exemplo a seguir:

O nevropata, no seu estilo de guarda portão, toma certos maneios deslumbrantes de testa de ferro, cavilhada à cabeça cheia de larachas, que não afinam pelas sensibilidades desafinadas nas vastas crônicas escandalosas de empalmações, hoje em voga, as quais nos advertem, que tais afiliações ou desafinações são palavrões de convenção social, que nenhuma significação têm, quando os interesses da barriga imperam sobre as tendências desprezíveis do indivíduo (VOZ, 1901, p. 64).

“Pelo dedo se conhece o gigante”: por meio dessa metáfora que intitula o artigo, o texto também se conclui. A apropriação da linguagem, porém, não é metafórica, mas real, ao contrário do insulto, que se apresenta como reação típica da impotência, dos pequenos que não conseguem lidar com elementos mais complexos oferecidos pela língua.

O artigo “Agora nós” se propõe a responder sem concessões ao ódio que caracteriza o texto comentado. Também nesse caso, o texto aponta para a falta de ilustração que caracteriza o ambiente descrito, formado por indígenas e por colonos. Convém, a tal propósito, mencionar uma citação adotada pelo crítico: “Mas que se não iluda nunca o literato, o artista, o operário; que se não estabeleça o paralelo da cor, antes se faça somente o confronto das aptidões” (VOZ, 1901, p. 69).

A estrutura social é delineada em termos gerais. Os casos são acompanhados por arrazoados intercalados por menções históricas e literárias. A palavra assume plenamente o seu lugar, como réplica à irracionalidade do insulto, movida pela paixão, concluindo que “as ações, porque são avaliados os homens, não dependem da cor, circunstância verdadeiramente acidental” (VOZ, 1901, p. 73).

“A lei é igual para todos” (VOZ, 1901, p. 75), recorda o autor do artigo “Um protesto”, mencionando que a Constituição não faz distinção de raças e eleva o homem segundo os seus merecimentos. O texto evidencia os princípios do direito em contraste

com as opiniões apresentadas no artigo criticado, opiniões essas que se pautam mais pelo egoísmo e pela hipocrisia do que pelo conhecimento e pela razoabilidade.

Emerge no texto “Preconceitos” a “epidemia” da busca pela fama que se alastrou no campo das letras e permitiu que qualquer pessoa se julgasse no direito de ser crítico, ainda que sem os mínimos instrumentos linguísticos para tal. A ignorância, descrita como consequência da história colonial, produz como efeito o ódio de raça. São, portanto, dois os elementos que de evidenciam: a fama sem mérito e o ódio sem razão.

O tema é discutido por meio da enumeração dos pressupostos equivocados, começando pela generalização, pelas especulações sem base justa ou legal, como já apontado nos artigos anteriores. O crítico conclui assinalando a superficialidade geral do texto comentado: o ódio se contrapõe aos discursos elevados, que caracterizam as obras dos grandes pensadores.

O artigo “Quis eritis?” também se estrutura por meio de comentários a trechos do texto criticado. A cada passagem, o autor faz algumas citações e define o objeto analisado. Através dessa estratégia, o autor conclui que as teses defendidas não passam de aberrações e que há evidentes os equívocos de interpretação no artigo publicado.

O artigo “Confrontos” focaliza a sua análise no ataque racial, sublinhando, também nesse caso, a ignorância que subjaz o artigo criticado. A argumentação vale-se de comentários sobre a vida na colônia, a fim de conduzir às conclusões. Elas não deixam de evidenciar, por exemplo, a presença de um regime autoritário e violento que condiciona a vida da colônia, as relações sociais e de trabalho. Tais observações, que não aparecem em primeiro plano, tendo o artigo salientado em primeiro lugar a questão racial, são, contudo, significativas, pois o parágrafo conclusivo relativiza a importância da polarização racial, recordando a inexistência do sangue puro.

“É o cúmulo das infâmias” é a afirmação que constitui o título de um artigo que se refere às duas esferas da educação, a formal e a familiar, que permitem a um homem dizer-se civilizado ou sem as quais é condenado aos sentimentos baixos. Por meio da palavra, afirma o autor, promove-se a virtude ou semeia-se a discórdia. O autor e o texto criticado são associados ao segundo perfil, pelo caráter das acusações, que são rebatidas por meio do conceito de igualdade:



“Se o pequeno e o grande são iguais perante Deus, o branco e o preto devem sempre ser iguais perante a lei” (VOZ, 1901, p. 100). Daí o aspecto acusatório do artigo configurar, segundo o crítico, “um crime de lesa humanidade”, por deslocar a atenção do delito para a cor.

Além do tom de ataque racial, o crítico também denuncia a mentira, marcada pela consciência das fronteiras entre o fato e a sua manipulação. Responde ao que considera falsidades do autor com citações do próprio jornal em que fora publicado o artigo, e que desmentem as teses defendidas no texto criticado.

## **Conclusões**

O que esboçamos em linhas gerais, ao enumerar alguns aspectos discursivos que caracterizam os artigos de “Voz d’Angola clamando no deserto”, revela uma multiplicidade de abordagens em relação ao ataque racial presente no artigo criticado pelos autores da coletânea. As estratégias empregadas, como explicitam vários artigos, têm por objetivo responder com instrumentos adequados ao debate de ideias, aplacando o impulso e a reação emotiva, que caracteriza a falta de razão.

Esses textos têm sido muitas vezes analisados no contexto do período literário definido pelo escritor Henrique Guerra como de “Quase não literatura”, no contexto histórico marcado por tensões que instrumentalizaram questões raciais em Angola por parte da administração colonial, conhecido como nativismo (PIMENTA, 2004), no contexto sociológico. Menos comum é a abordagem linguística (MUHONGO, 2017).

A intenção desta releitura, ao elencar alguns elementos discursivos que caracterizam a construção dos textos, foi analisar como a palavra possui um papel central enquanto vetor de cultura, enquanto resposta à linguagem do insulto, fator que determina a publicação da coletânea. Trata-se de um problema não desprovido de equívocos e ambivalências, como assinala Filipe Zau: “Para a elite urbana dos finais do século XIX, as populações do interior eram consideradas bárbaras e ignorantes” (ZAU, 2009). De fato, parte da recepção da obra evidenciou a tese do princípio da igualdade racial em detrimento da igualdade social, cristalizando de forma redutiva o sentido mais amplo que a coletânea pode alcançar. O equívoco da leitura limitada ao horizonte da igualdade racial apresenta-se no plano histórico e sociolinguístico, por não perceber que a detenção dos meios de

produção intelectuais e dos meios de produção materiais são as chaves para a autonomia da população, para a mencionada igualdade que os autores reivindicam.

Tal apropriação é exemplar no romance *A Geração da Utopia*, de Pepetela, que se abre com a frase: “Portanto, só os ciclos são eternos” e em seguida dá espaço a uma digressão do narrador sobre o percurso de apropriação da palavra nos últimos tempos do período colonial, às vésperas da luta de libertação.

A apropriação da palavra é um processo, no entanto, sujeito a avanços e retrocessos. Do início do século à geração dos anos 50, à qual Pepetela pertence, ocorre uma gradual tomada de consciência, que supera a questão racial evidente na coletânea analisada. É o avanço que se torna patrimônio cultural e que, por isso, deve ser conservado.

A economia da palavra, entrevista nos artigos relidos no presente artigos, vai, contudo, além da coletânea e dos perímetros de Angola. Os artigos possuem aspectos que extrapolam o momento histórico e social específico, contendo uma potencial universalidade, que dialoga com questões do nosso tempo no nosso mundo. Também hoje vive-se uma crise da palavra e da racionalidade. Não se trata mais de um fenômeno pitoresco, reservado ao comentário jornalístico, mas de uma onda mundial que propaga o ódio como discurso de controle, de tomada do poder. Daí a importância de reler os textos do passado, de compreender os seus limites e as suas intuições, daí a relevância analisar o que os textos do passado podem ainda ensinar em termos de estratégias e de erros a serem evitados. Nada garante que o mundo não esteja atravessando um novo período de retrocesso. Daí a importância da palavra, do acesso e do direito à palavra, que deve ser patrimônio de todos. O insulto continua sendo o sinal da sem razão. A palavra permanece como resposta ao colonialismo de ontem e às tentações autoritárias presentes hoje em várias partes do mundo.

## REFERÊNCIAS

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010. 338 p.

FLORES, Conceição; Cavalcante, Ilane Ferreira. Reflexões de leitura sobre as poéticas da Marquesa de Alorna e de Maria Teresa Horta, **Revista Ártemis**, Vol. XXIII nº 1; jan-jun, 2017. p. 89-99. <http://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/viewFile/35789/18179>

MARQUES, Gonçalo Nuno Maia. A crónica do rei morto: imagens da morte d'El Rei D. João II. Disponível em:  
[https://www.academia.edu/1497242/A\\_Cr%C3%B3nica\\_do\\_Rei\\_Morto\\_imagens\\_cron%C3%ADsticas\\_e\\_historiogr%C3%A1ficas\\_da\\_morte\\_del\\_Rei\\_D.\\_Jo%C3%A3o\\_II](https://www.academia.edu/1497242/A_Cr%C3%B3nica_do_Rei_Morto_imagens_cron%C3%ADsticas_e_historiogr%C3%A1ficas_da_morte_del_Rei_D._Jo%C3%A3o_II). Acesso em 17 julho 2019.

MORENO, Helena Wakim. Dinâmicas urbanas, disputas pelo espaço e resistências durante o processo de enraizamento do estado colonial em Luanda (1880-1900), 2016. p. 86-104. In: FONSECA, Danilo Ferreira da; MORENO, Helena Wakim; FONSECA, Mariana Bracks; NASCIMENTO, Washington Santos (Orgs.). **Áfricas**: política, sociedade e cultura. Rio de Janeiro: Edições Áfricas. Disponível em:  
<http://www.pordentrodaafrica.com/wp-content/uploads/2017/01/Africas-Politica-sociedade-e-cultura.pdf#page=86>. Acesso em 15 julho 2019.

MOURÃO, Fernando A. Albuquerque. O problema da autonomia e da denominação da literatura angolana, **África**: Revista do Centro de Estudos Africanos. São Paulo: USP, p. 22-23, 2004. p. 241-251. Disponível em:  
<http://www.periodicos.usp.br/africa/article/view/74841/78411>. Acesso em 15 julho 2019.

MUHONGO, Timóteo Sumbula. **Empréstimos de origem angolana em Voz de Angola** – clamando no deserto (1901). Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2017.

PIMENTA, Fernando. Ideologia nacional dos brancos angolanos (1900-1975). In: **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004. 27 p. Disponível em:  
<https://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel35/FernandoPimenta.pdf> . Acesso em 13 julho 2019.

SANTOS, Donizeth Aparecido dos. O período de “quase não literatura” em Angola, **Interletras**, v.2, n.4 – jan./jun. 2006. Disponível em:  
[http://www.interletras.com.br/ed\\_anteriores/n4/arquivos/v4/donizeth\\_O\\_PERIODO.pdf](http://www.interletras.com.br/ed_anteriores/n4/arquivos/v4/donizeth_O_PERIODO.pdf) . Acesso em 12 julho 2019.

VOZ d'Angola clamando no deserto: oferecidas aos amigos da verdade pelos naturaes. Lisboa: s/e, 1901. 206 p. In: MORENO, Helena Walkim. **Voz d'Angola clamando no deserto**: protesto e reivindicação em Luanda (1881-1901). 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. p. 182-376. Disponível em:  
<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-27062014-112505/pt-br.php> . Acesso em 11 julho 2019.

ZAU, Filipe. Do sentimento nativista ao protonacionalismo. In: *Jornal de Angola*, 5/7/2009. s/p. Disponível em:  
[http://jornaldeangola.sapo.pt/opinio/artigos/do\\_sentimento\\_nativista\\_ao\\_protonacionalismo](http://jornaldeangola.sapo.pt/opinio/artigos/do_sentimento_nativista_ao_protonacionalismo). Acesso em 12 julho 2019.

## **“THE INSULT IS THE SIGN OF NO REASON”: ANGOLAN VOICES AGAINST COLONIALISM**

**Abstract:** The set of articles entitled “Voice of Angola crying in the desert” is an anonymous collection written in May 1901 in response to an article published in the *Gazeta de Luanda* [Luanda’s Gazette] a few months earlier. The offensive tone of the journalistic article gives rise to an articulated reaction, which can be analyzed in the discursive plane from two points of view: as a response to the stereotyped discourse with an offensive and racist character, and as a language of reason, as opposed to the language of insult. From this, emerges an economy of the word, from which the authors take ownership, problematizing the attributes of the so-called civilization to which they are subjected. If civilization also includes insult, the word becomes an instrument of contestation to colonialism.

**Keywords:** Angola. History. Literature.